

## **“Nossa vigilância é a sua segurança”: a cooperação CENIMAR e DOPS/MG**

*Luiz Fernando Figueiredo Ramos<sup>1</sup>*

*Como acredito que na união de nossos esforços reside a grande arma de ação em favor da segurança e desenvolvimento de nosso país. Coloco-me à disposição de V.Sa. , esperando contar com a valiosa colaboração desse órgão de segurança.*

Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto. Contra-Almirante – diretor do CENIMAR. Em carta de comunicação de posse dirigida ao chefe do DOPS/MG, 12 de maio de 1971.

### **Introdução**

Um dos temas mais controversos da história da ditadura civil-militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 é sem dúvida, a denominada Comunidade de Informações<sup>2</sup>, responsável em grande medida pelas arbitrariedades do regime, que envolveram: prisões extrajudiciais, espionagem ilegal, torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados de pessoas e outras formas de medidas coercitivas que estigmatizaram as forças de segurança responsáveis diretas pela ação repressiva do regime.

Boa parte do conhecimento sobre a articulação entre os diversos órgãos e centros repressivos que compunham a Comunidade de Informações e segurança interna se deve em boa parte a abertura dos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social nos estados, conhecidos pela sigla DOPS. Durante um logo período da história do Brasil republicano os DOPS foram responsáveis pelo policiamento da sociedade, procurando

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. [fernandoramoshist@gmail.com](mailto:fernandoramoshist@gmail.com)

<sup>2</sup> Segundo Carlos Fico, “a expressão ‘comunidade de informações’ – que acabou assumindo conotação pejorativa na imprensa e mesmo entre oficiais não integrantes da linha dura – era oficialmente usada”. O que pode ser comprovado em vários documentos. FICO, Carlos. *Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. 2001: p.93.

controlar e neutralizar os elementos tidos como “subversivos”<sup>3</sup> à ordem interna, anarquistas e comunistas, principalmente estes últimos.

Para efeito tomaremos como objeto de análise, um estudo de caso, a articulação entre o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o DOPS de Minas Gerais. Mas um lado especificamente desta colaboração: a vigilância e a perseguição às organizações revolucionárias de esquerda e, aos suspeitos de pertencerem a tais grupos.

Com a intenção de alcançarmos o nosso objetivo utilizaremos como principais fontes a documentação do acervo do DOPS/MG que se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM)<sup>4</sup>. Para completar esta documentação e fundamentar esta discussão histórica utilizaremos basicamente a bibliografia produzida sobre a ação repressiva do regime militar, além de um documento tratando dos redimensionamentos do CENIMAR disponível no site do Senado Federal.

Ainda devemos destacar que esta temática está inserida no que conhecemos como história do tempo presente<sup>5</sup>. Desta forma é possível compreender a dimensão do processo repressivo em que foi submetida à sociedade, já que os formuladores da política de segurança da ditadura colocaram a sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, onde a lógica da suspeição pautava a margem de ação dos agentes encarregados da contenção dos movimentos e pessoas consideradas “subversivas”.

---

<sup>3</sup> Entendemos que o termo **subversivo** empregado pelos agentes das forças de segurança civis e militares conservadores, tem conotação pejorativa, pois, aplicava-se em todos que manifestava alguma discordância do regime independente de oposição armada. Embora entendamos que tais grupos são subversivos no sentido de que desejavam subverter o *status quo* vigente. Por isso utilizaremos o termo entre aspas.

<sup>4</sup> O acervo é composto de dossiês sobre organizações de esquerda e o movimento estudantil, Inquéritos Policiais Militares, pedidos de busca e apreensão, termos de declarações de presos políticos, pedidos de antecedentes político-sociais de suspeitos de atividades “subversivas” e, também documentos oriundos dos centros de informações militares que comprovam tal colaboração.

<sup>5</sup> Para a história do tempo presente ver: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Orgs). *Questões para a história do presente*.

## **Polícia e Forças Armadas no combate às organizações guerrilheiras**

A entrada oficial das Forças Armadas no combate às organizações revolucionárias de esquerda começa a ser ensaiada em meados de 1968, a partir da edição do Ato Institucional número cinco (AI-5) em dezembro e do redimensionamento do CENIMAR no mesmo ano. Com o crescimento das ações da guerrilha urbana, no ano seguinte, é emitido um decreto que subordinava as polícias militares estaduais ao Exército, um ano depois esta medida é reforçada com o Decreto nº 66.862 de oito de julho de 1970 que aprovava “o Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros”<sup>6</sup>. A partir de então tem início uma política voltada especificamente para a repressão aos inimigos internos do regime.

No segundo semestre de 1970 os generais Emílio Garrastazu Médici e Orlando Geisel, mais uma comissão formada por destacáveis membros do governo, formularam o que ficou conhecido como: *Diretrizes Especiais de Segurança Interna*, que tinha como objetivo estabelecer mecanismos de contenção das ações das organizações armadas de esquerda. Foi então criado o Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN), e seus órgãos subordinados; o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), de caráter normativo responsável pela coordenação e planejamento das medidas repressivas e, o Destacamento de Operações de Informações (DOI) ao qual era atribuída a execução das medidas repressivas. Este sistema repressivo que conjugava esforços entre polícia e Forças Armadas, ficaria conhecido pela sigla DOI-CODI. Integravam este sistema repressivo, as polícias estaduais, mais Exército, Marinha e a Força Aérea. A centralização e o comando das ações de repressão política ficaram a cargo do Exército. Buscava-se deste modo centralizar a atividade de repressão e policiamento político. A inspiração para construção deste modelo de central repressiva veio de São Paulo, da conhecidíssima Operação Bandeirante<sup>7</sup>.

Sendo assim, com a criação do SISSEGIN, Forças Armadas e polícia unificaram esforços para enfrentar a ameaça “subversiva”. Com relação às polícias estaduais,

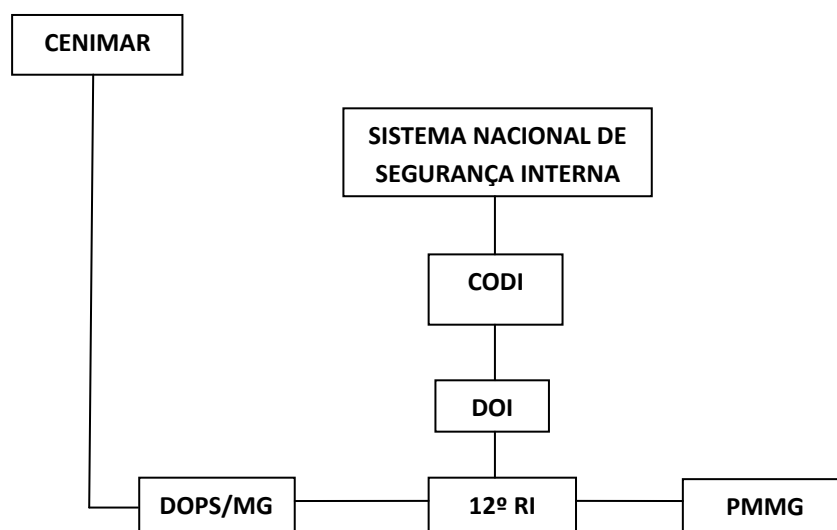
---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=197250>. Em 18-11-2008.

<sup>7</sup> A Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1969 por iniciativa do Comando do II Exército e contou com a colaboração do Governo do Estado de São Paulo e empresários locais. Ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001, p.115-135.

sobretudo o DOPS, passaram a integrar o sistema, fornecendo recursos e emprestando seus agentes. Em Belo Horizonte, com a implementação do sistema DOI-CODI em 1971, a estrutura repressiva se organizava da seguinte forma; uma seção de informações e uma de operações, ambas comandadas por oficiais do 12º Regimento de Infantaria, composta de três equipes de busca, uma do DOPS, uma da Polícia Militar e outra do Exército, as três equipes subordinavam-se a seção de operações do CODI/BH<sup>8</sup>.

Com relação à polícia mineira, desde 1922 havia um *Gabinete de Investigações e Capturas*, ao qual estava atribuído à repressão às desordens sociais decorrente do perigo suscitado pela influência de ideologias “subversivas” como o anarquismo e o comunismo. Em 1927, este gabinete é substituído pelo *Serviço de Investigações*, melhor estruturado, era formado pelo corpo de segurança e diversas delegacias, entre elas, a *Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social* que deram origem ao DOPS<sup>9</sup>. O organograma abaixo reproduz a organização do sistema repressivo em Minas Gerais.



Em muitos casos, a colaboração entre os diferentes centros de repressão política, dependia do bom relacionamento entre os comandantes, conforme aponta

<sup>8</sup> Com base no estatuto do CODI/BH de 21 -01-1971. APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 139-145.

<sup>9</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 2006: P.32.

Antunes<sup>10</sup>. Entre os militares lotados na área de segurança e informações do regime, existem diferentes opiniões em torno desta cooperação, segundo o brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), esta competição não existia, “os contatos eram muito diretos e havia confiança entre nós, (...) havia honestidade de propósitos, então não existia competição<sup>11</sup>”. Para o vice-comandante do Centro de Informações do Exército (CIE), general Coelho Neto, “nunca houve choque entre eles<sup>12</sup>”.

Entretanto, na mesma série de entrevista dada pelos militares aos pesquisadores do CPDOC-FGV, há opiniões divergentes, como a do ex-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, “sempre há competição entre os órgãos de informações<sup>13</sup>”. Entre os militares que serviram nesta área é comum a expressão “bater cabeça”, isto é, desentendimento entre os respectivos órgãos da Comunidade de Informações. O relacionamento entre os órgãos que compunham a Comunidade de Informações e segurança interna, em alguns casos acabou sendo problemático, e em outros, houve uma intensa cooperação, a pesquisa realizada pelo CPDOC mostra opiniões diversas. As medidas de segurança interna, tomadas entre 1969 e 1970, e o estabelecimento do SISSEGIN, propiciaram um relacionamento próximo entre as forças de coercitivas do regime militar. Esta coordenação conforme mostramos ficou a cargo do Exército, porém conforme mostra Antunes, a direção das ações se davam a nível dos Estado-maiores, e o CENIMAR e o CISA, por serem centros subordinados aos respectivos ministérios, formalmente estavam acima do SISSEGIN, e para uma coordenação de alto nível – CIE, CISA e CENIMAR – “seria necessário um superórgão para isso, porque essa coordenação descontentava os mais altos escalões<sup>14</sup>”.

No entanto, a criação do SISSEGIN, e o redimensionamento dos centros de informações militares, com objetivo tácito de unificar esforços entre os diferentes

---

<sup>10</sup> Para a relação entre os diferentes órgãos de informações e a competição entre os mesmos e o relacionamento entre os comandantes, ver: ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *ABIN & SNI: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. P.76-98.

<sup>11</sup> João Paulo Moreira Burnier in: D'ARAUJO, *Os anos de chumbo*. 1994: p.199.

<sup>12</sup> José Luiz Coelho Neto. Idem, 1994: p.234.

<sup>13</sup> Ivan de Souza Mendes in: D'ARAUJO, *A volta aos quartéis*. 1995: p.170.

<sup>14</sup> Fiúza de Castro. Idem. 1994: p.79.

centros coercitivos contra as guerrilhas urbanas, acabaram criando um arcabouço burocrático, que em alguns momentos subvertiam a hierarquia militar, causando certo desconforto entre os comandantes militares. Esse arcabouço burocrático acabou conjurando alianças que em alguns casos ultrapassavam a capacidade de coordenação dentro deste sistema, gerando uma grande margem de autonomia dos diversos centros repressivos, que compunham a Comunidade de Informações, a colaboração entre os mesmos em diversos casos acabavam sendo de acordo com os interesses de cada ministério ou dos próprios órgãos, isto no caso do CISA e do CENIMAR<sup>15</sup>. Quanto a este último, de acordo com a documentação que encontramos no APM, mostra que tinha ligação com os DOPS estaduais desde o período anterior ao golpe de 1964, neste momento os contatos se davam por meio de trocas de informações.

### **O redimensionamento do CENIMAR**

Das três Forças Armadas, a Marinha foi a primeira a constituir um órgão voltado para a área de informações. Em 20 de novembro de 1947 é criado o Serviço Secreto da Marinha (SSM), porém este serviço só seria regulamentado oito anos mais tarde, em 1955 com alteração no nome, rebatizado de Serviço de Informações da Marinha (SIM). Dois anos depois mais uma alteração, de acordo com o decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957, passa a chamar-se CENIMAR, ficando subordinado ao Estado-Maior da Armada. No artigo 1º fica estabelecido que: “tem por finalidade a obtenção de informações de interesse da Marinha do Brasil, na conformidade dos planos, de acordo com o Estado-Maior da Armada<sup>16</sup>”. Durante o regime militar, o CENIMAR ficaria famoso devido a sua capacidade operacional e eficiência, o que de alguma forma, fez com que criasse alguns mitos em torno do órgão, sobretudo pelo ar de mistério que gerava, até mesmo entre outros setores da Comunidade de Informações.

---

<sup>15</sup> Para a colaboração entre os centros de informações, a capacidade de articulação entre os mesmos e margem de autonomia que em alguns casos escapavam a hierarquia e ao controle dos comandantes, bem como o surgimento de comandos paralelos e as alianças com policiais, ver respectivamente: ANTUNES, *SNI & ABIN*. 2002: p.79-98, FICO. *Como eles agiam*. 2001: p.71-143, GASPARI. *A Ditadura Escancarada*, 2002: p.175-179.

<sup>16</sup> Decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957, disponível em: <http://www.senado.gov.br/Legislacao/Listapublicacoes.action?id=172722> acesso 18-08-2008.

O regulamento no artigo 3º, estabeleceu que o CENIMAR ficaria organizado da seguinte forma: Seção de Busca de Informações, Seção de Seleção de Informações, Seção de Registro de Informações e uma Seção de Serviços Gerais. Com relação aos quadros de pessoal, o artigo 5º estabelecia que o diretor fosse um capitão-de-mar-e-guerra, o vice-diretor um capitão-de-fragata, três encarregados de divisão seriam capitães-de-corveta, além de um número não determinado de oficiais e praças que fosse necessário conforme especificado no regulamento<sup>17</sup>.

Quando foi criado o CENIMAR era um centro adjunto ao Estado-Maior da Armada (EMA), pouco tempo depois foi desmembrado do EMA, mas continuou a ele subordinado. Sua operacionalização girava em torno de questões como o “controle de fronteiras marítimas e preocupação com o pessoal da corporação<sup>18</sup>”. O CENIMAR foi caracterizado como a seção mais fechada do sistema de informações. Ainda hoje prevalece um mito em torno do CENIMAR, o de que era o mais eficiente órgão de informações militar, mito este reforçado até mesmo por agentes de outras forças que também fizeram parte da Comunidade de Informações, conforme o general Fiúza de Castro: “Não conheço o funcionamento do CENIMAR. Mas sei que é muito bom, porque seu produto de informações é sempre muito bom. Os maiores especialistas em Partido Comunista Brasileiro que existiam no meu tempo eram do CENIMAR<sup>19</sup>”.

De fato o CENIMAR era considerado o serviço de informações mais fechado que havia naquela época, entretanto, isto não quer dizer que o mito de tal eficiência se deve a este fato, no acervo do DOPS/MG sob a guarda do APM, encontramos documentos anteriores ao golpe de 1964, onde são pedidos, confirmação de informes e pedidos de busca, no entanto a tal eficiência, se dá pela antiguidade do centro em relação aos outros e pela experiência na área de informações, onde já teria uma cultura consolidada e toda uma rede. Informações precisas sobre o *modus operandi* do CENIMAR são raras, tanto é que na série de entrevistas feitas pelos pesquisadores do CPDOC-FGV, não há ninguém da Marinha.

---

<sup>17</sup> Idem, Decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957.

<sup>18</sup> ANTUNES. 2002: p. 65

<sup>19</sup> Fiúza de Castro in: D'ARAUJO. 1994: p.54.

Ainda com relação a tal eficiência em comparação a outros segmentos da Comunidade de Informações, o CENIMAR possuía o maior acervo sobre organizações de esquerda do país. Dentro do centro, era designado oficiais, para realizar estudos sobre movimentos de esquerda, e cada um especializa-se em determinada organização política<sup>20</sup>, chegando a conhecer até as divergências internas de determinadas organizações, o que pode ser comprovado pela documentação produzida pelo órgão que coletamos no acervo do DOPS/MG disponibilizada no APM.

O CENIMAR era formado ainda, de acordo com Antunes, por uma maioria de civis e apenas seis oficiais, a justificativa para a maioria de civis era de que os oficiais precisavam cuidar da carreira, e a permanência longa neste centro poderia causar obstruções em relação a isto, o que acabava fazendo com que servir no CENIMAR não fosse uma posição cobiçada. E, além disso, havia rotatividade de funcionários, com objetivo de evitar que alguém apropriasse do serviço de forma indevida<sup>21</sup>.

A partir de 1968 com o aumento das ações da esquerda armada, o CENIMAR tem novamente sua estrutura redimensionada, desta vez para atuar na repressão contra as organizações armadas de esquerda, tornou-se então um órgão misto, de informações e segurança, assumindo um caráter de polícia política. Em 1971 mais uma mudança ocorre, passa a ter um maior grau de autonomia, ficando subordinado ao Ministério da Marinha, além de produzir informações de interesse do Ministério, realizaria operações sigilosas dentro do campo de ação do mesmo, que incluía vigilância e patrulhamento político dos movimentos considerados “subversivos” e manteria uma ativa colaboração com organismos policiais em todo o país.

A propósito o título deste artigo foi extraído de um carimbo dos documentos produzidos pelo CENIMAR, que fazem questão de mostrar seu comprometimento com o regime: “*nossa vigilância é a sua segurança*” e “*A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil*”, estão em quase todos os documentos que tivemos acesso.

---

<sup>20</sup> ANTUNES. 2002: p.67.

<sup>21</sup> ANTUNES. 2002: 63, 64



## O intercambio de informações

Antes de discutirmos propriamente a circularidade das informações entre o CENIMAR e o DOPS/MG, consideremos algumas questões de cunho teórico. A ideologia oficial do regime de 1964, era a Doutrina de Segurança Nacional, que de uma forma mais simplificada traduz no binômio segurança e desenvolvimento, esta doutrina é todo um conjunto de pressupostos para serem implementados nas diversas instancias do Estado e da sociedade, do político ao psicossocial. Entretanto, as mudanças sociais são vistas através do prisma belicista da Guerra Fria, onde os movimentos reivindicatórios são encarados como possíveis agentes do “processo subversivo”, que progressivamente vai tomando vulto até constituir-se em uma força armada (guerrilha urbana ou rural), que tem como objetivo a conquista do poder e a “subversão da ordem<sup>22</sup>”.

Sendo assim, a ideologia da Segurança Nacional fornece todas as justificativas para a manutenção de um Estado militarizado, que fará o policiamento político da sociedade, estruturado com base em uma ideologia anti-subversiva, que repousa no conceito de guerra permanente entre comunismo e capitalismo, que tem como objetivo, a neutralização e o controle dos “inimigos internos”. Alfred Stepan<sup>23</sup>, aponta que em nenhum outro país do Cone Sul, tinha um sistema de informações mais complexo e detalhado como a Comunidade de Informações do Brasil. Fruto da confrontação bipolar da Guerra Fria, a ideologia da Segurança Nacional, produz representações originárias do anticomunismo, que contribuem para a legitimação de determinada ordem política e acabam produzindo mecanismos de controle político e social, que acabam gerando o terror de estado. Segundo Baczko:

Conjugando-se com a imagem do inimigo, tal terror produz sentimentos exagerados de insegurança, impotência e suspeita que impregnam toda vida cotidiana. Sobe a vaga do pânico, denuncia, hipocrisia e intriga, ninguém podia confiar no seu semelhante nem obter a garantia de proteção por parte

---

<sup>22</sup> Com relação a Doutrina de Segurança Nacional, existe uma vasta bibliografia sobre o assunto que pode ser consultada. Um trabalho clássico sobre o assunto é o livro de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Ver também o *Manual Básico da Escola Superior de Guerra 1977-1978*.

<sup>23</sup> STEPAN, Alfred. *Repensando a los militares en política*. 1988: p.32.

de qualquer instituição ou indivíduo com quem até então teve contato. (BACZKO. *Imaginação Social*, 1985: p.329).

O CENIMAR, conforme discutimos no último tópico possuía toda uma rede de informações estruturada. De acordo com a documentação que coletamos no APM, e a bibliografia utilizada, a circularidade das informações produzidas pelo CENIMAR era, portanto remetidas a todas as secretarias de segurança pública estaduais, comandos militares, e chegavam até as agencias regionais do SNI, e em alguns casos até a chefia deste último. Teoricamente como já indicamos o CENIMAR por ser um órgão do campo de atuação do Ministério de Marinha não tinha obrigações diante do SISSEGIN, entretanto de acordo com a documentação que temos, e com a bibliografia consultada, existia uma conexão entre o SISSEGIN e o Sistema Nacional de Informações (SISNI) que juntos compunham a enorme estrutura da Comunidade de Informações. Esta conexão com o SISNI, se dava por meio dos DOPS estaduais, e por meio dos CODIs e dos DOIs.

A interconexão CENIMAR e DOPS/MG e, conseqüentemente com o DOI-CODI, não só de Minas Gerais como também de todo país, davam-se forma lateral com outras seções da Comunidade de Informações. Os exemplos deste intercambio de informações, podem ser constatados na documentação remetida pelo CENIMAR ao DOPS, a exemplo da citação da carta de posse de um novo diretor endereçada ao delegado chefe do DOPS/MG David Hazan, na qual reproduzimos um trecho no início deste texto. Uma informação datada de 11 de dezembro de 1969 traz dois militantes do movimento estudantil presos no congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna no ano de 1968, ambos utilizavam nomes falsos, tratava-se de José Jarbas Saraiva Cerqueira e de José Luiz Moreira Guedes, este último, ex-presidente da UNE, de acordo com a informação, teriam “despistado” seus captores ao serem reconduzidos a Minas Gerais, e retornado a militância clandestina. O CENIMAR, provavelmente os identificou e remeteu a informação ao DOPS mineiro, e às secretarias de segurança pública de outros catorze estados. Sobre os antecedentes de José Luiz Moreira Guedes:

Agitador profissional, ex-presidente da UNE. Ligado ao movimento armado que tem sede em Havana e que orienta o trabalho de **guerrilhas no Brasil**. Indiciado em vários processos e com prisão preventiva. Procurado por todos

os órgãos policiais do Brasil. (Informação N° 1101 de 11-12-1969. APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 67).

Com relação à ligação de militantes de esquerda com Cuba, a preocupação dos órgãos de informações e segurança é evidente em vários documentos. Diversas organizações de guerrilha urbana brasileiras realizariam treinamentos guerrilheiros na ilha de Fidel Castro, objetivando a implantação de focos guerrilheiros no interior do Brasil. Em vários documentos de organizações clandestinas de esquerda, apreendidos pelas forças de segurança, e em diversos Inquéritos Policiais Militares (IPM) instaurados para investigar as atividades de tais organizações, que consultamos no APM, mostram que a implantação de guerrilhas no interior do país, era seu principal objetivo. Os assaltos a banco nos grandes centros urbanos eram para obter recursos para este fim. Porém como é conhecido nenhuma organização de guerrilha urbana, conseguiu estruturar a tão sonhada base rural, para isso seria necessário um apoio expressivo da população do interior. Em 28 de dezembro de 1970, chegava uma informação, com duas palavras em destaque *confidencial – urgente*, tratava-se de um curso de treinamento guerrilheiro em Cuba, com duração de seis meses, no período de julho de 1969 a janeiro de 1970, dado a vinte e cinco militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Estas informações contidas neste documento impressionam pela riqueza de detalhes em torno do treinamento, da descrição física das pessoas e do itinerário dos guerrilheiros, e até o local de hospedagem.

Segundo os analistas de informações do CENIMAR, “é o principal curso dado para elementos subversivos da América do Sul<sup>24</sup>”. O treinamento é descrito da seguinte forma:

Este curso é dividido em duas partes: a primeira, com duração de 10 semanas, é o de guerrilha rural, ministrado em Havana, na serra do Escambray, sendo o currículo constituído de: explosivos (fabricação caseira), montagem e desmontagem de armas (fuzil FAL e submetralhadora UZI), sabotagem, vida clandestina nas cidades e ações urbanas; a segunda, com duração cerca de 15 semanas, ministrada em Piñar del Rio – Serra Cruzare, constando de ordem

---

<sup>24</sup> APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 47. Segundo Denise Rollemberg, a ALN foi a organização que mais enviou militantes para o treinamento em Cuba. Ver ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, p.22-27. Disponível em: <http://www.gladiador.historia.uff.br>. Acesso em: 14 de maio 2007.

unida (escaladas, marchas e camuflagem)- técnicas de guerrilha e tiro. (Informação Nº 0632 de 28-09-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 47).

Este documento de sete páginas traz ainda os nomes e codinomes dos guerrilheiros, chama também atenção à precisão destas informações. Haveria agentes do sistema de segurança infiltrados nesta e outras organizações armadas? Algum militante preso debilitado pela tortura teria fornecido as informações? A movimentação deste grupo de pessoas teria sido relatada aos órgãos repressivos brasileiros pelos serviços secretos de outros países? Todas estas hipóteses são possíveis. Militantes sucumbidos pela tortura em alguns casos delataram colegas, os centros repressivos freqüentemente conseguiam infiltrar agentes em organizações de esquerda, sindicatos, no movimento estudantil e, às vezes “virar” alguns militantes, isto no jargão da Comunidade de Informações, é quando passavam a colaborar com as forças repressivas. Existem evidências de que o CIE recebia da *Central Intelligence Agency* (CIA) relatórios de um instrutor de guerrilhas baseado em Cuba. Ele repassava os nomes, codinomes e atividades dos brasileiros que treinava<sup>25</sup>. É bastante provável que o CIE tenha repassado estas informações ao CENIMAR. Informações precisas sobre a cooperação de agentes estrangeiros com os órgãos de informações e segurança da ditadura brasileira são bastante difíceis de obter, constituindo uma lacuna ainda a ser preenchida.

Após o treinamento, os guerrilheiros da ALN retornariam ao Brasil, seguindo um esquema indicado pela organização. Cada elemento sairia de Cuba separadamente uns dos outros, levariam o documento original no qual viajou para a Ilha, juntamente com um documento falso mais mil dólares, o vôo de volta faria o seguinte trajeto: iria até Praga, depois Zurick, Milão e Santiago. No Chile o esquema para retorno ao Brasil passaria a ser livre<sup>26</sup>. Com relação às vinte cinco pessoas listadas, quatro foram mortos entre 1971 e 1973, Alex de Paula Xavier Pereira, Antonio Carlos Bicalho Lana, José Julio de Araújo e Iuri Xavier Pereira<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Fiúza de Castro in: D'ARAUJO. 1994: p.56. Ver também *Relatório 674*, de 1972, do CIE, em *Jornal do Brasil* de 11 de julho de 1993.

<sup>26</sup> *Informação Nº 0632* de 28-09-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 51.

<sup>27</sup> Para as circunstâncias das mortes ver: MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*.

Em fins de 1970 uma operação da polícia paulista, que levou a prisão e posteriormente à morte Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*), sucessor de Carlos Marighella na direção da ALN. Esta operação resultou na prisão de vários membros desta organização, entre eles José da Silva Tavares, que passou a colaborar com a repressão<sup>28</sup>. No *aparelho* (esconderijos utilizados pelas organizações armadas) de Câmara Ferreira, foram encontrados uma série de documentos, anotações, nomes e endereços que resultaram numa série de prisões, entre eles um endereço em Belo Horizonte: Irene Taitson, rua Joaquim Silvério 163 – Coração Eucarístico. No documento esta especificado em letra manuscrita que “o assunto foi encaminhado para o NuCODI/BH<sup>29</sup>, para providencia<sup>30</sup>”. Ainda foi encontrado um documento desta organização contendo um relatório sobre as articulações regionais da ALN<sup>31</sup>, onde há uma autocrítica da organização sobre suas últimas ações, o que acabou evidenciando os pontos fracos para uma repressão cada vez mais implacável. Toda a informação produzida e que circulava no seio da Comunidade de Informações, chegava ao CENIMAR – que conforme destacamos não tinha obrigações com este sistema por pertencer ao ministério da Marinha –, por meio dos DOPS estaduais e compartilhada com outros órgãos que compunham o SISSEGIN. Outro exemplo deste intercâmbio. No dia 23 de setembro de 1971, três guerrilheiros da ALN morreram em um suposto tiroteio com a polícia em São Paulo<sup>32</sup>, conforme indica a informação, entretanto, por não ter havido perícia no local onde se deu estas mortes, o que estava previsto na legislação da época, coloca em dúvida a versão oficial, pois de acordo com as conclusões do relator da comissão de mortos e desaparecidos políticos, há marcas de tiros a curta distância e sinais de tortura nos cadáveres indicando que as execuções possam ter ocorrido em local diferente. Entre eles estava Eduardo Antonio da Fonseca, que participou de algumas ações armadas em Belo Horizonte<sup>33</sup>.

---

<sup>28</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, 1998: p.218.

<sup>29</sup> Com a implantação do SISSEGIN em 1970, foi montado inicialmente em Belo Horizonte um Núcleo-CODI/BH, no ano seguinte é efetivamente estabelecido o CODI e o DOI.

<sup>30</sup> *Informação Nº 0885* de 27-11-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 38.

<sup>31</sup> *Informação Nº 0775* de 4-11-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 44, 45,46.

<sup>32</sup> *Informação Nº 0712* de 13-10-1971. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 22.

<sup>33</sup> MIRANDA, Nilmário. TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. 1999: P. 63-64.

## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi discutir não apenas o intercâmbio de informações entre o CENIMAR e o DOPS/MG – e, mostrar a relação com outros órgãos da Comunidade de Informações – como também investigar o que os documentos produzidos pelo CENIMAR poderiam revelar sobre a seção de informações caracterizada como a mais fechada da ditadura militar. Algumas destas informações, embora não precisamente tenham sido produzidas pelo CENIMAR, mas por outras seções da Comunidade de Informações contribuí também para a elucidação das atividades deste centro repressivo, pelo fato de vir de uma extensa rede de informações.

Conforme mostramos, o CENIMAR foi concebido de início, como um órgão de informações voltado para as questões internas da Marinha e subordinado ao EMA, com o passar do tempo teve sua estrutura redimensionada diversas vezes, já no período pré-golpe de 1964, transmitia informações, pedia buscas e informes. A partir de 1968 passa a atuar no campo da segurança interna, no combate as guerrilhas de esquerda antes, porém conforme mencionamos no início deste trabalho produziam informações e trocava informes com as delegacias de polícia regionais em torno das atividades dos partidos de esquerda.

Com a expansão da Comunidade de Informações durante a ditadura militar, e a criação do SISNI e do SISSEGIN, passa a haver uma maior circularidade de informações entre os aparelhos repressivos. O CENIMAR, embora subordinado ao EMA e posteriormente ao Ministério da Marinha, formalmente não tinha obrigações com o SISSEGIN, porém a partir de 1971, passa a ficar subordinado ao Ministério com objetivo de intensificar o combate aos grupos da esquerda armada, obtendo maior grau autonomia. Como já possuía toda uma rede de informações ligada aos DOPS de vários estados, a cooperação e intercâmbio de informações com outros órgão da Comunidade de Informações foi intensificado, com o propósito de desarticular os movimentos de esquerda.

Com a estruturação do SISSEGIN no início da década de 1970, e com a direção do Exército no comando das atividades de repressão política, houve uma espécie de policialização das Forças Armadas, este esforço conjunto contra a “subversão” acabou

gerando um arcabouço burocrático, onde um órgão como o CENIMAR pode estabelecer uma rede de informações com as polícias estaduais, o que de certa forma estabelece uma conexão entre o SISNI e o SISSEGIN, conexão esta que compunha a o enorme aparato de segurança brasileiro conhecido como Comunidade de Informações, responsável em grande medida pelas arbitrariedades da ditadura militar.

## Fontes e Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH junho 2006.

Arquivo Público Mineiro (APM) – Fundo DOPS/MG.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*, Enciclopédia Einaudi, vol 5 Antrophos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

---

*A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ESG. *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, 1977-1978.

FICO, Carlos. *Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

*Jornal do Brasil* 11 de julho de 1993.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. Fundação Perseu-Abramo e Boitempo Editorial, São Paulo: 1999.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Disponível em: <http://www.gladiador.historia.uff.br>. Acesso em: 14-05-2007.

Senado Federal: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

STEPAN, Alfred. *Repensando a los militares en política*. Buenos Aires: Planeta: 1988.